

PROPOSTAS PENSADAS PARA “O BEM DE PORTUGAL”



A prioridade do Conselho Estratégico Nacional, que reuniu em Coimbra, é produzir um programa eleitoral de governo, com soluções pensadas para um conjunto de áreas críticas



pág. 9

PARLAMENTO

A LIBERDADE “É DE TODOS”

Na intervenção que proferiu na sessão solene do 25 de Abril na Assembleia da República, na quarta-feira, Margarida Balseiro Lopes, deputada do PSD, recordou que a liberdade é uma conquista “de todos”



pág. 12

LOCAIS

GOVERNO DESISTIU DE AUTOESTRADA VISEU-COIMBRA

Os deputados do PSD, eleitos pelo círculo de Viseu, lamentam que a autoestrada Viseu-Coimbra esteja “descartada” e que a duplicação do traçado do itinerário principal 3 (IP3) “não seja feita na totalidade”



pág. 14

REGIONAIS

PSD QUESTIONA ATRASOS NA PROGRESSÃO SALARIAL DOS AGENTES DA PSP

Berta Cabral e António Ventura pediram esclarecimentos ao Governo sobre os atrasos no descongelamento das progressões nos salários dos profissionais da PSP



JOSÉ CANCELA MOURA
Diretor do "Povo Livre"

CONSELHO ESTRATÉGICO NACIONAL UM DESAFIO PARA ROMPER COM A MILITÂNCIA CONVENCIONAL

Os partidos são plataformas de participação política e prosseguem livremente os seus fins. A lei dos partidos políticos define-lhe, entre outros, a seguinte finalidade: "Estudar e debater os problemas da vida política, económica, social e cultural, a nível nacional e internacional".

Não há democracia sem partidos e uma democracia sã procura encontrar novas formas para interpretar com autenticidade as preocupações dos cidadãos e ser instrumento de realização das seus anseios e necessidades. Mas é indelével que os partidos se fecharam sobre si mesmos e se afastaram das pessoas. Há uma crise de representação que é transversal a todo o espectro político e ideológico, e que radica numa taxa de abstenção sem paralelo.

Reconhecida esta realidade, é preciso ter a capacidade de encontrar formas de discutir e comunicar que credibilizem a atividade política. Não basta que chamemos os eleitores para, através do voto e de quatro em quatro anos, fazer um juízo de valor sobre a prestação dos partidos. É imperioso criar canais de diálogo permanente com o eleitorado. Não podendo desligar-se da vocação de poder, os partidos e, neste caso o PSD, que cultiva o primado da pessoa humana, como defendia Sá Carneiro, tem o dever de estar ao serviço das pessoas.

Enquanto organizações, os partidos não são nem podem ser estruturas imutáveis. Pelo contrário, devem estar abertos à mudança e refletir, para dentro, outra vez, no caso concreto do PSD, a realidade da nossa realidade social e as soluções para os novos desafios.

O anúncio da criação do Conselho Estratégico Nacional (CEN) pretende precisamente romper com o paradigma do funcionamento dos partidos em circuito fechado ou em pequenos comités de decisão. Os partidos estarão condenados se continuarem a persistir em alimentar interesses próprios. O PSD é um partido de bases, interclassista, transversal, e todos estão convocados para dar o seu contributo para as nossas propostas e funcionamento. Este fórum de debate e reflexão, tal como entende o presidente do PSD, visa permitir que o partido se abra à sociedade civil e que os portugueses "possam militar em razão dos temas de que mais gostam e não exclusivamente naquelas coisas muito partidárias que pouca gente gosta".

Nessa medida, não se trata daquilo que comumente se ousou designar por um "governo sombra". É um órgão composto por 32 membros, 16 coordenadores e 16 porta-vozes, e na sua base estão um conjunto de militantes, empenhados e identificados com a "coisa pública". O objetivo é pôr o País a interagir de uma forma diferente com o PSD, na busca de novas soluções. Este conselho estratégico é um espaço que rasga com os moldes da militância rígida e convencional. Quem se interessa por saúde, pode apresentar apenas contributos sobre saúde. Quem aprecia e conhece os problemas da justiça, pode expor só sugestões e críticas sobre esta matéria. Quem tem ideias sobre o sistema educativo, então pode também remeter propostas com vista à melhoria da escola pública. Cada cidadão, militante ou não, mais jovem ou mais experiente, mais entendido ou menos qualificado, pode opinar e propor soluções sobre as diversas áreas temáticas.

Com a criação deste fórum, o PSD, que se prepara para celebrar 44 anos de existência, interpreta e reconhece assim, da melhor forma, o papel decisivo da sociedade civil no fortalecimento da participação cívica e na consolidação da democracia. O Conselho Estratégico Nacional conta com todos os cidadãos, para construir uma oposição séria e credível e com propostas reformistas. Todos contam, todos serão ouvidos.

Acordos entre PSD e Governo

"QUEM GANHA PORTUGAL"



"Os acordos são bons para Portugal, logo são bons para o PSD", afirmou Rui Rio, no Palácio de S. Bento, no dia em que se assinalavam, precisamente, dois meses da tomada de posse enquanto presidente da Comissão Política Nacional. O PSD e o Governo fecharam, dia 18, o acordo em torno da descentralização e dos fundos europeus, um entendimento que não ocorria há 12 anos, desde que foi firmado o pacto para a justiça.

Rui Rio expressou que os acordos alcançados resultam de um princípio que sempre defendeu: "Portugal em primeiro lugar e só depois o partido e nós próprios". E voltou a apontar o propósito destes acordos: "O nosso foco tem de ser Portugal, quem ganhou hoje foi Portugal".

Rio classificou o relativo ao Portugal 2030 como "transversal a mais do que uma legislatura" e o segundo, sobre a descentralização, como tendo "um perfil mais estrutural".

A declaração conjunta sobre a posição preliminar sobre o próximo Quadro Financeiro Plurianual da União Europeia foi rubricada pelo vice-presidente do PSD, Manuel Castro Almeida, e pelo ministro do Planeamento e das Infraestruturas, Pedro Marques.

"Pretendemos reforçar a posição de Portugal em Bruxelas", sintetizou Rui Rio, considerando que as despesas ligadas às migrações, segurança e defesa e a saída do Reino Unido da União Europeia trazem o perigo de diminuir o envelope financeiro para Portugal, afetando as políticas de coesão.

NHOU FOI L”



Aquilo que PSD e Governo pretendem, explicou, é que Portugal no próximo ciclo de fundos “tenha pelo menos se não mais, verbas idênticas às do Portugal 2020”, ou seja, cerca de 30 mil milhões de euros.

Para tal, acrescentou, será necessário reforçar o orçamento comunitário até 1,2% do rendimento bruto. “Os impostos são matéria de soberania nacional, mas podem ser lançadas taxas sobre movimentos financeiros, plataformas digitais, multas por violação de direitos da concorrência e os próprios orçamentos nacionais podem aumentar o seu contributo”, disse, vincando que Portugal é um recetor líquido do orçamento comunitário.

Nesta primeira fase, PSD e Governo apenas acertaram o montante que pretendem conseguir da União Europeia e só numa segunda fase, dentro de algum tempo, as duas partes debaterão como se vai afetar esse dinheiro.

Já sobre o acordo da descentralização – rubricado pelo dirigente do PSD Álvaro Amaro e pelo ministro da Administração Interna, Eduardo Cabrita - que considerou como uma “parte da reforma do Estado que o país tem de fazer”, Rui Rio apontou que tem dois pilares. “O primeiro pilar são competências que vão ser passadas para as autarquias locais. Quando estamos mais perto do problema conseguimos resolver melhor e mais barato”, disse. Este processo, disse, será feito com gradualismo até 2021. A partir dessa data, todas as câmaras terão as novas competências e respetivos envelopes financeiros.

Para um segundo pilar da descentralização, relacionado com a organização subnacional do Estado, serão feitos, a partir da Assembleia da República, “estudos por entidades independentes”, preferencialmente com personalidades vindas de universidades, que vão analisar as práticas de outros países.

“Haverá uma comissão independente para a descentralização de seis personalidades de reconhecido mérito que, até julho de 2019, fim da legislatura, apresentarão um ou mais anteprojetos de lei”, explicou Rio, acrescen-

tando que estes diplomas poderão ser depois alterados ou totalmente modificados pelos partidos.

O presidente do PSD sublinhou que, com o acordo hoje alcançado “Portugal tem uma estratégia efetiva de descentralização a médio prazo”, depois de anos a apenas se falar na necessidade de descentralizar.

Rui Rio apontou ainda que Portugal precisa de fazer um conjunto amplo de “reformas estruturais”.



PROPOSTAS PENSADAS PARA “O BEM DE PORTUGAL”

A prioridade do Conselho Estratégico Nacional é produzir um programa eleitoral de governo, com soluções pensadas para um conjunto de áreas críticas e exigidas pela população portuguesa. Na justiça, Portugal carece de uma “reforma profunda e global”; na saúde, o sistema público atravessa uma “situação difícil”.

Na reunião do CEN, sábado, 21 de abril, em Coimbra, Rui Rio elogiou a vantagem deste espaço de militância inédito e descentralizado em Portugal, que conta com 32 personalidades, de diferentes gerações – 16 coordenadores e 16 porta-vozes – e que irão congregiar o trabalho de “centenas de pessoas” que querem dar um contributo construtivo à atividade política. O Conselho Estratégico, assegura o Presidente do PSD, visa permitir aos portugueses que “possam militar em razão dos temas de que mais gostam e não exclusivamente naquelas coisas muito partidárias que pouca gente gosta”. Daí este modelo privilegiar o equilíbrio “de pessoas mais experientes, com mais ponderação, e, por outro lado, pessoas mais jovens, com mais ambição, mais vontade”. Rui Rio lembra que a “sociedade evolui, na conjugação das gerações, em harmonia com o passado, presente e futuro, não é com ruturas geracionais”.

De acordo com Rui Rio, a justiça e a saúde constituem duas áreas em que o PSD pretende fazer reformas estruturais, pois são “extremamente necessárias” para o País. A “justiça carece de reforma profunda e global, e não de uma coisa pontual”. Por seu

turno, a saúde – e Rui Rio constatou durante a semana passada a deterioração preocupante dos serviços – encontra-se numa “situação difícilíssima”. Um estado moderno e de boas práticas, alerta Rui Rio, não pode deixar os utentes do SNS à espera durante “dois, três, quatro, cinco, seis meses para fazer uma intervenção cirúrgica, ou obter uma simples consulta”.

Rui Rio estabelece ainda como prioritário o sistema político, as políticas para a natalidade, a desertificação do interior e a Segurança Social, e, nesse quadro, irá “contribuir com propostas sérias, pensadas, estudadas e participadas para ajudar Portugal a resolver essas questões”.

“Sendo oposição, ajudamos, ganhando as eleições, lideramos, mas queremos acima de tudo o bem de Portugal”, sublinhou o Presidente do PSD. Rui Rio considera que “independentemente de quem ganha as eleições, de quem está no poder atualmente, o País como um todo precisa do Governo e da oposição, dos partidos todos, para fazer essas reformas estruturais, senão Portugal nunca as fará e atrasa o seu desenvolvimento”.



Rui Rio

“O SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE ESTÁ PIOR”

Rui Rio esteve, dia 20, no Hospital de S. João no Porto. Na ala pediátrica do hospital, o Presidente do PSD criticou a falta de planeamento de longo prazo e a repetição de erros de gestão dos governos socialistas que agravaram as condições de atendimento do principal hospital do norte do País. Erros que prolongam o pesadelo de médicos, enfermeiros, técnicos e, sobretudo, crianças.

“O governo da altura não optou por construir a ala pediátrica e optou por fazer um investimento mais vultuoso. Temos de usar o dinheiro público com parcimónia. Hoje estamos a pagar o erro de dois governos PS”, afirmou Rui Rio. O serviço pediátrico tem recebido dezenas de queixas, os utentes estão cansados do estado deplorável das instalações. Há mais de 10 anos que a ala pediátrica do Hospital de São João funciona provisoriamente em contentores.

No último dia de uma semana inteiramente dedicada à Saúde, o Presidente do PSD começou por visitar a Faculdade de Medicina do Porto, um dos mais importantes estabelecimentos de ensino superior na área das ciências médicas em Portugal (atualmente, mais de mil estudantes frequentam a instituição). Rui Rio fez o balanço de cinco dias em que ouviu inúmeras críticas à política de saúde pública (de médicos, enfermeiros, farmacêuticos, utentes, administradores hospitalares e dirigentes sindicais). “Temos consciência que há subfinanciamento, um enorme desperdício, erros de gestão. Há uma notória degradação dos serviços que se estão a prestar às populações. Quando o Governo diz que temos uma economia florescente, então não se compreende que, numa área tão vital como a Saúde, em vez de haver melhoria, as coisas estão piores”, referiu.

Para Rui Rio, a propaganda económica do Governo não bate certo com o estado da Saúde que verificou no terreno e que angustia os utentes. O Serviço Nacional está pior e as culpas podem ser repartidas por toda a esquerda: o Governo e a maioria.

“Burocracia” das Finanças mantém encerrada unidade de cuidados intermédios pediátricos

Exemplo flagrante da “burocracia” e do “desperdício” é a unidade de cuidados intermédios pediátricos do Hospital de S. João que se encontra encerrada, porque, de acordo com Rui Rio, “não se contratam três técnicos”. “[Os cuidados intermédios pediátricos] estão completamente instalados, com uns largos milhares de euros investidos, e a porta está fechada, não funciona, porque o

Ministério das Finanças ainda não autorizou a contratação de três técnicos. Isto é desperdício”, qualifica Rui Rio, destacando que a questão “não tem a ver com a verba, tem a ver com burocracia”, e isso são “erros de gestão”.

Falta ambição para aumentar quota dos genéricos

Rui Rio defende uma atuação de proximidade das farmácias, em especial no interior e nas regiões onde hoje “é difícil fixar profissionais”. As farmácias podem “levar medicamentos e ajudar na terapêutica” junto da população mais envelhecida, sustenta o presidente do PSD que recebeu na quinta-feira a Ordem dos Farmacêuticos, na sede nacional.

Rui Rio critica a falta de ambição do Ministério da Saúde na difusão dos genéricos em Portugal, medicamentos que representam cerca de 48% do mercado farmacológico em Portugal. A quota de mercado atual foi “herdada” dos governos do PSD, mas deveria, segundo o líder social-democrata, ser elevada para os 60%, poupando na despesa das famílias e do Serviço Nacional de Saúde.

Rui Rio considera que há margem para melhorar a qualidade dos serviços de saúde prestados aos utentes. “Há muito desperdício na área da Saúde. Temos de encontrar modelos adequados, mas temos a consciência de que há muita despesa que não deveria ser feita, se fossem otimizados os recursos”, sublinhou.

O presidente do PSD, Rui Rio, admitiu que será mais difícil fazer um acordo com o Governo na área da saúde do que os dois entendimentos que serão formalizados hoje à tarde, sobre fundos europeus e descentralização.

No âmbito da semana dedicada ao setor da saúde, Rui Rio reuniu-se na quarta-feira com representantes do Sindicato Independente dos Médicos e da Ordem dos Enfermeiros.

“Os dois encontros mostraram a carência de pessoal, seja de pessoal médico, seja de enfermeiros”, afirmou, dizendo ter ouvido relatos de alguns serviços que fecham por falta de pessoal e sobre a má qualidade da prestação de serviços.

Para o líder do PSD, o diagnóstico que esta semana dedicada à saúde lhe permite fazer é de uma “degradação muito grande do SNS”.

“Quando o Governo diz que a economia está florescente, que tudo está melhor, não se compreende como é que a saúde - que é algo verdadeiramente nuclear - esteja pior, há algo que não bate certo”, lamentou.

Rui Rio sublinhou que, até no tempo da ‘troika’ em Portugal, os indicadores na área da saúde “eram mais favoráveis”.

“A austeridade que o Governo tanto diz que acabou é uma austeridade que aparece noutra lado, em serviços de menor qualidade e piores serviços à população”, criticou, defendendo que, se nenhum partido tem uma máquina de fazer dinheiro, será necessário “disciplinar melhor a gestão”.

Rui Rio esteve sempre acompanhado nestas reuniões pelo vogal da Comissão Política Nacional do PSD, Maló de Abreu, e pelos deputados Adão Silva e Pedro Pinto.





JSD PRETENDE TRABALHAR “DE FORMA MUITO PRÓXIMA COM O PRESIDENTE DO PARTIDO”

Depois de Rui Rio se ter mostrado solidário com as preocupações da JSD, Margarida Balseiro Lopes confirma que a direção a que preside pretende trabalhar, “de forma muito próxima com o presidente do Partido”. O “corporativismo das ordens profissionais”, as “situações de manifesta fraude” relacionadas com estágios profissionais e ainda a habitação para os estudantes do Ensino Superior são temas que a JSD considera uma prioridade.

A direção da JSD ofereceu ao presidente do PSD duas prendas simbólicas: uma cópia da ficha de inscrição num congresso que viria a marcar a vida do social-democrata; e um carro em miniatura a representar o desejo de que o PSD vença as próximas eleições.

Em 1978, Rui Rio preenchia a ficha de inscrição que lhe permitiria participar, pela primeira vez, num congresso da Juventude Social Democrata (JSD), a estrutura à qual deve quem é na política, como o próprio viria a admitir em 15 de abril de 2018.

O outrora militante e vice-presidente da JSD foi recebida pelo presidente do PSD. E, volvidos cerca de 40 anos, recebeu uma cópia dessa mesma ficha de inscrição que lhe foi, simbolicamente, oferecida pela nova liderança da Jota. “Tenho a minha vida política, diretamente, ligada à JSD”, relembra o próprio este domingo, na Póvoa de Varzim.

Das ofertas constou, também, um carro em miniatura – não fosse o líder do PSD um fã de automóveis –, “com o desejo de que o PSD ganhe as próximas eleições, em 2019”, disse Rui Rio, dia 19, na sede nacional, após a reunião com Margarida Balseiro Lopes. Este carro, segundo explicou, traz consigo o desejo da direção da JSD de que o líder do PSD venha a “conduzir os destinos do País”.

Na reunião de quarta-feira, 18 de abril, Rui Rio e Margarida Balseiro Lopes conversaram sobre assuntos relacionados com a Juventude. “Naturalmente, a questão da Educação”, disse o presidente do PSD, lembrando que já no seu tempo “era um problema”. Assinalou, contudo, que no que respeita ao emprego “nestes anos muita coisa mudou”. Deu como exemplo o facto de, mesmo sem



ter terminado a faculdade, já ter um emprego garantido. “Hoje, infelizmente as coisas não são assim”, salientou para, logo, lembrar que há muitos jovens “a emigrar”.

A habitação foi outro dos temas abordados. “Presentemente, por força do aumento dos preços torna-se incomportável para muitos jovens”, afirmou. Por isso, defendeu que a construção de residências universitárias públicas é uma “reivindicação muito justa” por parte da JSD.

Margarida Balseiro Lopes: “Fazer da JSD a maior e melhor juventude partidária em Portugal”

Em entrevista ao PSDTV, Margarida Balseiro Lopes refere que o Partido pensa, tal como sempre pensou, nas novas gerações. Eleita líder da JSD, afirma que trabalhará “de forma muito próxima” com Rui Rio temas que têm sido preocupações da estrutura

“Muito trabalho e muita dedicação” é o que podem esperar dela, tanto o PSD, como a JSD e, claro, o País. Aos 28 anos, Margarida Balseiro Lopes assume um novo desafio: foi eleita Presidente da Juventude Social Democrata, uma estrutura que lhe diz muito. E a forma como o reconhece, em declarações ao PSDTV, comprova-o: a nova líder define-se como uma jovem que “gosta muito, muito, muito da JSD” e foi isso mesmo que a motivou a candidatar-se.

Margarida Balseiro Lopes é natural da Marinha Grande e licenciada em Direito. Eleita pelo círculo de Leiria, tem-se destacado no Parlamento pela forma entusiasta e empenhada com que abraça os temas pelos quais se debate. No Congresso Nacional da JSD, que decorreu este domingo na Póvoa de Varzim, viu assim ser-lhe confiada uma nova missão. E o objetivo da nova líder está muito bem definido: “continuar a fazer da JSD a maior e melhor juventude partidária em Portugal”.

José Silvano na tomada de posse do PSD de Santa Comba Dão

UMA VOZ ATIVA NA DEFESA DOS INTERESSES DO CONCELHO



Aproximar o PSD aos militantes e eleitores foi um dos motivos que levou José Silvano a aceitar o convite para secretário-geral do PSD. Na sessão de tomada de posse do PSD de Santa Comba Dão, José Silvano agradeceu a presença dos representantes das Secções vizinhas de Santa Comba Dão, exemplo de intermunicipalidade e de espírito de entreajuda.

Na qualidade de ex-autarca que liderou os destinos da Câmara de Mirandela, o secretário-geral do PSD reiterou que é perante as situações difíceis que um líder se consegue afirmar. Por isso, deixou um conselho ao presidente da Secção de Santa Comba Dão: quantas mais dificuldades tiver de enfrentar, e conseguindo ultrapassá-las, mais perto estará de ganhar as eleições autárquicas de 2021.

Tiago Santos, presidente do PSD de Santa Comba Dão, que proferiu o segundo discurso da noite, começou por dirigir um agradecimento especial a todos aqueles que aceitaram o seu convite para integrar a Comissão Política e a Assembleia de Secção. Eleita em 03 de março de 2018, a Secção de Santa Comba será determinada, incisiva e uma voz ativa na defesa dos interesses de Santa Comba Dão. No plano político, o PSD de Santa Comba Dão pretende vencer as eleições autárquicas de 2021.

A Secção do PSD de Santa Comba Dão propõe-se em aumentar o número de militantes ativos, a criar grupos de apoio às equipas eleitas nas últimas eleições e, por último, a ajudar a revitalizar a JSD, de modo a que volte a ser ativa e contributiva para a política local e regional.

O presidente da Distrital, Pedro Alves, cumprimentou os presentes e começou por agradecer aos anteriores membros dos órgãos dirigentes pelo trabalho que fizeram no PSD de Santa Comba Dão. Pedro Alves destacou a intergeracionalidade dos membros recém-eleitos, bem como a existência de um grande número de jovens na estrutura, o que permite que haja uma confiança na

longevidade do PSD de Santa Comba Dão e uma capacidade de reivindicação mais forte.

Para o presidente da Distrital, um PSD organizado e que saiba transmitir a mensagem de um projeto político alternativo, é a chave para a vitória nas próximas eleições autárquicas, até porque, e comparando com os municípios vizinhos, Santa Comba Dão encontra-se estagnada a nível do desenvolvimento e crescimento económico.

O Auditório Municipal de Santa Comba Dão encheu para acolher a sessão de tomada de posse da Comissão Política de Secção e da Assembleia de Militantes do PSD de Santa Comba Dão. A apresentação pública culminou com um Dão de Honra.





Jantar de Mulheres Social Democratas em Faro

“ESPÍRITO DE UNIÃO IRÁ CONDUZIR O PSD À VITÓRIA NAS PRÓXIMAS ELEIÇÕES”

Cerca de 100 mulheres oriundas do Algarve participaram num jantar das Mulheres Social Democratas, dia 21 de abril. Cláudia Luz tomou posse como coordenadora das MSD/Faro. António Maló de Abreu, vogal da Comissão Política Nacional, esteve em representação do presidente do PSD, Rui Rio, assim como Lina Lopes, coordenadora nacional das MSD, Cristóvão Norte, deputado eleito pelo Algarve, e Ofélia Ramos, presidente da Concelhia de Faro e membro da Comissão Política Nacional. Marcaram também presença os presidentes das Secções de São Brás de Alportel e de Monchique, Bruno e Sousa e Luís Grade, respetivamente.

Lina Lopes saudou Cláudia Luz pelo extraordinário trabalho realizado em defesa da união e da conciliação de todas as MSD do Algarve. Uma tarefa que Cláudia Luz assumiu com “notável espírito de abertura desde o primeiro dia da sua liderança”.

Lina Lopes referiu que é com espírito de união que irá conduzir o PSD à vitória nas próximas eleições. A líder das MSD congratulou-se com o excelente trabalho que Rui Rio e a nova direção a têm vindo a fazer à frente do PSD. Com Rui Rio na liderança, o PSD passou a marcar a agenda política.

No final, António Maló de Abreu usou da palavra, sublinhando que o presidente do PSD conta com as Mulheres Social Democratas e que a dinâmica das MSD tem contribuído para um partido mais forte e mais coeso. António Maló de Abreu fez uma retrospectiva do trabalho realizado pelo presidente do Partido, nomeadamente na saúde e nos acordos firmados com o governo. Realçou a importância da união de todas e de todos e explicou a necessidade da luta por um PSD mais forte e mais preparado para vencer as eleições que se aviznam: eleições europeias, regionais na Madeira e legislativas.



Margarida Balseiro Lopes na sessão solene do 25 de Abril

A LIBERDADE É “DE TODOS”

Na intervenção que proferiu na sessão solene do 25 de Abril na Assembleia da República, na quarta-feira, Margarida Balseiro Lopes, deputada do PSD, recordou que a liberdade é uma conquista “de todos”. O PSD escolheu a recém-eleita líder da JSD, de 28 anos, para discursar no dia em que Portugal celebrava 44 anos do triunfo da democracia. As palavras de Margarida Balseiro Lopes mereceram aplausos de todos os grupos parlamentares: “Porque a liberdade funda-se num dia, mas não se constrói numa noite, recupera-se numa data, mas conquista-se todos os dias”. A deputada elege o combate à corrupção e a transparência no sistema político como prioridades.

“44 anos depois, importa perguntar: O que conseguimos? O que está por fazer?”, começou por interrogar a deputada. Os avanços são assinaláveis. Em quatro décadas, “21 governos foram cumprindo os designios constitucionais de garantir um Estado Social com Saúde, Educação e igualdade de oportunidades para todas as pessoas”, recordou a deputada.

Margarida Balseiro Lopes lamenta, no entanto, que a política portuguesa esteja cada vez mais fragmentada, com divisões entre “o povo e, eles, os políticos”. “A atividade parlamentar não é um campeonato, onde os nossos ganham ou perdem, e as vitórias de uns são as derrotas de outros. A atividade parlamentar tem de exigir que as pessoas ganhem, que o país ganhe: porque demasiadas vezes, para que os partidos ganhem, são as pessoas que perdem”, afirmou.

Margarida Balseiro Lopes alerta que há assuntos em que os políticos não ouvem suficientemente o que o povo reclama, entre os quais “o combate à corrupção e a defesa do Estado e do erário público da captura por interesses particulares”.

Frisando que “o exemplo vem de cima”, a deputada defende que “a opacidade só serve os prevaricadores, os menos sérios, os corruptos” e promove a generalização de que os políticos “são todos iguais”. “Mas não, não são todos iguais. Não somos todos iguais”, ressaltou.

Por essa razão, qualquer cidadão deve ter o direito a saber “quem, quando, como e porquê os poderes públicos decidem o que decidem, quanto nos custa hoje e quanto nos custará amanhã”.

Margarida Balseiro Lopes defende que a liberdade conquistada no 25 de Abril deve ser reconquistada todos os dias e “é de todos”, dirigindo depois uma palavra aos cinco líderes dos partidos com assento parlamentar.

“É do Sr. Deputado Jerónimo de Sousa, que eu aqui cumprimento, que pôde ver o seu partido sair da clandestinidade e entrar num Parlamento eleito pelo povo”, apontou.

A liberdade, apontou a deputada, é também de Catarina Martins, coordenadora do BE, que cumprimentou e salientou que, graças ao 25 de Abril, “nunca teve de encenar uma peça censurada a lápis azul”.

“É do Sr. Deputado Carlos César e do Partido Socialista, que eu aqui também cumprimento, e que nesse dia puderam ver os seus fundadores regressar a casa”, disse, dirigindo-se ao presidente do PS.

Margarida Balseiro Lopes estendeu também o cumprimento à deputada e líder do CDS-PP Assunção Cristas, “que pôde ser mãe de família e ter uma vida profissional de sucesso, também por causa desse dia”.

“E é do meu partido – o Partido Social Democrata – que, fundado no dealbar da democracia, nunca mais largou o sonho de Reformar Portugal. Para melhor, para amanhã, para futuro. É do Dr. Rui Rio, que aqui cumprimento, e que pôde ser dirigente estudantil em liberdade. Também por causa desse dia”, saudou, num discurso que foi aplaudido de pé pelo PSD, e em algumas passagens por deputados do PS e do CDS-PP, mas com vários apartes das bancadas mais à esquerda.

A deputada realçou que o atual regime democrático é fundado “nas revoluções de Abril de 74 e de Novembro



de 1975” e fez questão de cumprimentar no seu discurso “todos aqueles que lutaram e resistiram a um regime ditatorial”. “Agradecemos, especialmente, aos que quebraram o ciclo da guerra colonial, dando esperança à criança que dizia: “quando for grande, não vou combater!”, disse.

Entre os desafios futuros, apontou áreas como a educação, saúde, segurança social o combate à precariedade no emprego ou uma cultura “livre e não programada politicamente”.

No fim da intervenção, a deputada citou Miguel Torga: “Livre não sou,/ que nem a própria vida/ Mo consente. Mas a minha aguerrida Teimosia/ É quebrar dia a dia/ Um grilhão da corrente. Livre não sou,/ mas quero a liberdade./ Trago-a dentro de mim como um destino.”



Rui Rio: “disponibilidade total” para revitalizar a democracia

Rui Rio interpreta a intervenção do Presidente da República como um apelo para revitalizar a democracia, pelo que da parte do PSD a “disponibilidade é total”. O Presidente do PSD considera que se há dia para fazer um discurso sobre o regime, é justamente na data em que se comemora a Revolução. “Sempre interpretei o 25 de Abril como um momento de reflexão sobre o regime, mais do que momento para atacar conjuntamente governo e oposição”, disse.

A necessidade de revitalizar o regime “não significa que o que foi feito em 1976 estava mal”, sublinhou Rui Rio, referindo-se ao ano de aprovação da atual Constituição. “Aquilo que nós temos de fazer – o Presidente da República diz e muito bem – é reforçar a democracia, porque se não a reformarmos o que vai acontecer é a perda da democracia”, alertou.

Da parte do PSD, salientou o Presidente social-democrata, “a disponibilidade é acima de total”, até porque o apelo do Chefe do Estado corrobora os alertas políticos que Rui Rio faz com coerência há anos. “Penso que a altura ideal para iniciarmos essa reforma era ontem. Eu pessoalmente tenho feito este alerta há anos: em sessões do 25 de Abril, quando era autarca na Câmara Municipal do Porto, os discursos vão todos nesse sentido”, recordou.

Rui Rio, que participava na sessão solene do 25 de Abril no Parlamento, lembra que atual Constituição da República já vigora por um período superior à que a antecedeu, considerando normal “que os regimes sofram um desgaste com o tempo”. “A necessidade de olhar para o sistema político e reforçá-lo através de reformas que o adaptem aos novos tempos é absolutamente vital. Caso contrário, como diz e bem o Presidente da República, corremos o risco de cair em discursos demagógicos e populistas, que vão capitalizar o descontentamento e afastamento das pessoas em relação ao regime”, assinalou.

Na sessão solene do 25 de Abril, o Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, apelou à “capacidade de renovação do sistema político e de resposta dos sistemas sociais, de antecipação de desafios, de prevenção de erros ou omissões”, mas colocou a tónica no “equilíbrio de poderes”, alertando contra “messianismos de um ou de alguns, alegadamente para salvação dos outros”.



Fernando Negrão

“OS SERVIÇOS QUE O ESTADO OFERECE ESTÃO CADA VEZ MAIS DEGRADADOS”

O PSD desafiou o primeiro-ministro a pronunciar-se sobre a construção da ala pediátrica do Hospital de S. João, o INEM e a construção da nova maternidade de Coimbra, numa semana em que os social-democratas se deparam, no terreno, com as dificuldades do setor da Saúde

“Os portugueses pagam muito mais impostos e os serviços que o Estado oferece estão cada vez mais degradados, essa é a realidade”, denunciou esta quarta-feira Fernando Negrão num debate quinzenal, no qual destacou que o PSD dedicou a semana a visitar um dos setores mais afetados pelas políticas da atual governação: o da Saúde. Quis, por isso, perguntar ao primeiro-ministro: “acha sério continuar a dizer aos portugueses que já não vivemos em austeridade?”.

Depois de ter lembrado que o Executivo bateu, em 2016, “o recorde de cativações”, que nos últimos dois anos ocorreu “o menor esforço de investimento público das últimas décadas” e que “a carga fiscal foi, no ano passado, a mais alta desde 1995”, o Presidente do Grupo Parlamentar do PSD (GPPSD) foi explícito ao referir que “todos os portugueses sentem” as dificuldades resultantes dos “cortes nas despesas de funcionamento do Estado”. Levou, por isso, a debate a ala pediátrica do Hospital de S. João, o INEM e a nova maternidade de Coimbra.

Desafiando António Costa a não imputar a responsabilidade a outros (já que “lhe cabe há dois anos e meio”), Fernando Negrão apontou a necessidade de “criar melhores condições para que as crianças sejam tratadas com dignidade”, no Hospital de S. João. Referiu que a situação vivida no hospital “é muito complexa” e questionou o Governo sobre quando começam, efetivamente, as obras e sobre quem as suportará (“dinheiros públicos ou de mecenas?”, precisou).

Apesar de o primeiro-ministro se ter disponibilizado a entregar um estudo a propósito dos tempos de resposta do INEM no atendimento das chamadas de socorro, certo é que “ainda não chegou”, apontou. “Sabemos que o ministro da Saúde anda muito ocupado, de tal maneir-

ra que quem vem responder ao Parlamento é o ministro das Finanças”, ironizou para, logo depois, perguntar: “quando vai dotar o INEM de recursos técnicos e humanos necessários para que leve a cabo, com eficácia, a sua missão?”.

Fernando Negrão recordou, também, a visita realizada esta segunda-feira à Maternidade Bissaya Barreto, em Coimbra. “Funciona como nenhuma deve funcionar:

isolada e longe das outras especialidades que podem ser necessárias”, alertou. Lembrou que “o ministro da Saúde deu luz verde à construção de uma nova maternidade” e, apesar de ter apresentado um “calendário de início e fim de obras”, “nada avançou”. “Curiosamente, lendo o Programa de Estabilidade, a nova maternidade de Coimbra não consta na lista de investimentos estratégicos”, salientou, desafiando o Executivo a pronunciar-se sobre “o que mudou”.



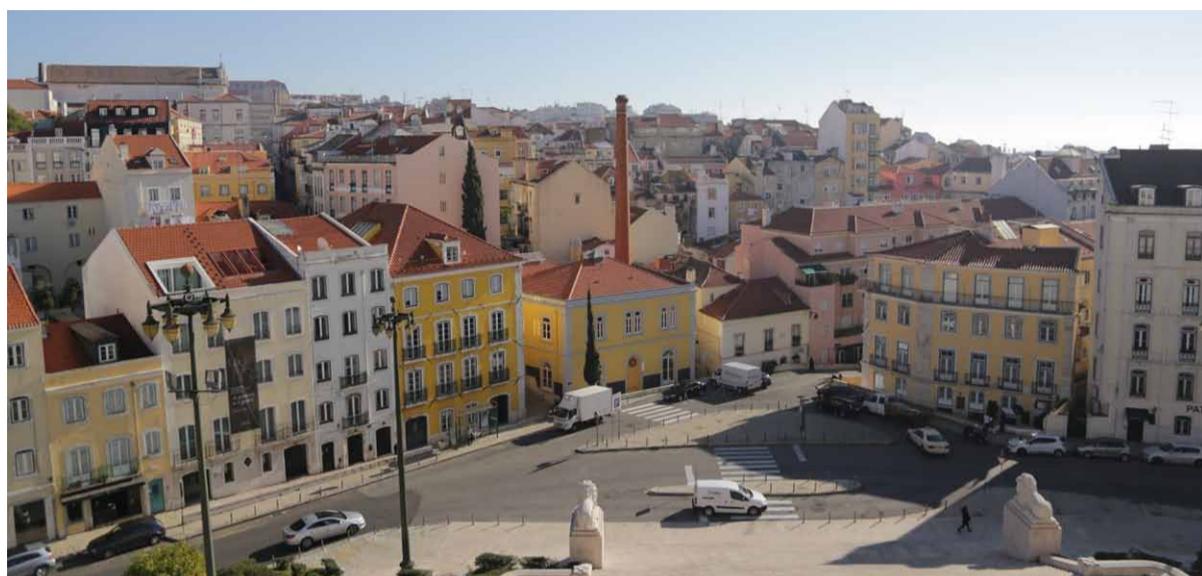
PSD QUER CÂMARAS MUNICIPAIS A DEVOLVER TAMBÉM OS JUROS DE TAXAS DE PROTEÇÃO CIVIL

O grupo parlamentar do PSD apresentou, dia 17, no parlamento dois projetos de lei para obrigar os municípios e outras entidades a devolverem aos contribuintes juros sobre taxas e impostos ilegalmente cobrados ou declarados inconstitucionais. Em causa está, por exemplo, a Taxa Municipal de Proteção Civil (TMPC), cobrada ao longo de três anos no caso de Lisboa, que os juízes do Palácio Ratton declararam inconstitucional em 19 de dezembro de 2017, tendo sido os valores devolvidos em fevereiro pela edilidade da capital.

“No fundo, estas iniciativas legislativas vêm equilibrar a relação e proteger os cidadãos contribuintes face ao Estado tributário, seja central, regional ou local, perante a constatação evidente da recusa da Câmara Municipal de Lisboa (CML) em pagar os juros de mora por ter cobrado taxa inconstitucional”, afirmou o deputado social-democrata, António Leitão Amaro.

Segundo o parlamentar do PSD, embora o diploma tenha “um caráter interpretativo”, pode dizer-se que, “na prática, funciona com efeitos retroativos, tecnicamente” porque se aplica nas várias situações verificadas, ou seja, a entidade forçada a devolver estas quantias fica obrigada a ressarcir também os contribuintes em 4% de juros anuais.

A TMPC, em Lisboa, foi cobrada aos proprietários de imóveis a partir de 2015, substituindo a taxa de conservação e manutenção dos esgotos e perfazendo um total de 58 milhões de euros até 2018. Leitão Amaro lembrou que há “mais 15 ou 16 processos de fiscalização da cons-



titucionalidade deste género de taxas de vários municípios” a decorrer.

“É fundamental resolver isto e obrigar pela lei a que o pagamento de juros fique estabelecido como regra geral e abstrata e para casos futuros. Se por um lado a Autoridade Tributária ou qualquer outra entidade cai em cima dos contribuintes se tardam um dia que seja nos seus pagamentos, é justo que os paguem aos cidadãos também. É importante, sobretudo, quando o país vive

uma altura em que tem a maior carga fiscal de sempre”, disse Leitão Amaro.

O segundo projeto de lei do PSD relacionado com esta temática visa simplificar o processo de correção das declarações de IRS quando os contribuintes sejam alvo destas cobranças ilegais ou inconstitucionais, ficando a caber à Autoridade Tributária e à entidade que cobrou a taxa ou o imposto incorretamente proceder a essa normalização e o acerto de contas será efetuado no ano seguinte.

Montepio/Santa Casa

GOVERNO DEVE RESPEITAR RECOMENDAÇÃO DO PARLAMENTO



Seria “uma ofensa grave ao Parlamento” se o Governo não respeitasse as recomendações aprovadas esta sexta-feira e que pedem ao Executivo que trave a entrada da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML) no capital do Montepio. “A Assembleia da República votou o fim do negócio entre a Santa Casa e o Montepio. O Governo deve fazer tudo o que está ao seu alcance para impedir este negócio. Pelo respeito institucional que a Assembleia da República merece, espera-se que o Governo não feche os olhos e os ouvidos ao que foi decidido”, sublinhou o deputado Duarte Pacheco.

O Parlamento aprovou, dia 20, uma recomendação do PSD para que o Governo impeça a entrada da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, entidade pública com mais de 500 anos, no capital do Montepio. “São os portugueses que o exigem e aqueles que mais precisam da Santa Casa que exigem o fim desta aventura”, sintetizou Duarte Pacheco.

“Estamos perante um investimento de alto risco, a perplexidade e a oposição a este negócio é geral”, o deputado Duarte Pacheco, na apresentação do projeto de resolução. “A Santa Casa é uma instituição secular que visa apoiar pessoas em situação de carência económica e social”, lembrou Duarte Pacheco para, logo, salientar que “os excedentes de tesouraria devem ser utilizados no reforço do investimento na área social ou aplicados em investimentos com diminuta margem de risco”.

Considerando que a Santa Casa é da tutela do Executivo, o PSD defende que se deve exigir que “use dos seus poderes de tutela e instrua a direção da Santa Casa para não fazer este negócio”.

GOVERNO DESISTIU DE AUTOESTRADA VISEU-COIMBRA



Os deputados do PSD, eleitos pelo círculo de Viseu, lamentam que a autoestrada Viseu-Coimbra esteja “descartada” e que a duplicação do traçado do itinerário principal 3 (IP3) “não seja feita na totalidade”.

Numa nota de imprensa, após uma reunião de deputados sociais-democratas de Viseu, Vila Real, Guarda e Bragança com o presidente da Infraestruturas de Portugal, os parlamentares de Viseu afirmam que no que concerne à autoestrada Viseu-Coimbra “a solução está totalmente ‘descartada’”, segundo a empresa, e que “nem traçado com solução a Sul ou a Norte cumprem as condições para se concretizar o investimento”.

“Já a duplicação do atual traçado do IP3 não será feita na totalidade”, adiantam os parlamentares, referindo haver várias soluções possíveis e cabe ao Governo “decidir a opção a implementar, podendo o investimento ir de 80 milhões de euros a mais de 300 milhões”. Nesse sentido, perguntam: “Que espera o Governo para fazer o anúncio?”

“Perante estes factos, concluímos que, para este Governo, não haverá autoestrada Viseu-Coimbra, nem duplicação do IP3”, adiantam os deputados, admitindo que este era o cenário que temiam, mas que não toleram.

De acordo com os sociais-democratas, “esta solução é inaceitável e não resolve o problema de segurança e mobilidade que existe ao nível rodoviário entre Viseu e Coimbra”. Acusam o Governo, mas também aos partidos que o suportam, PS, BE e PCP, de estarem, “uma vez mais, a enganar e a diminuir os viseenses”.

“É uma solução que sabe a ‘poucochinho’ e que rejeitamos perentoriamente. Se não há autoestrada, tem de haver duplicação integral do atual trajeto do IP3. Qualquer solução diferente é paliativa e um logro”, consideram.

Quanto à requalificação da linha ferroviária da Beira Alta, os sociais-democratas adiantam ter sido informados pela Infraestruturas de Portugal da “dificuldade em encontrar projetistas para entregar projetos com qualidade, uma vez que não há tradição em Portugal para realização deste tipo de investimento”.

Porém, “o investimento de mais de 500 milhões de euros já está em curso”, sublinham os deputados, dando como exemplo, entre outros, a “concordância linha da Beira Alta – Linha do Norte”.

“Foi-nos transmitido e garantido que a requalificação integral ficaria completa no final do primeiro semestre de 2022 e que, ao contrário do que informou o ministro do Planeamento e das Infraestruturas, a requalificação não depende das obras na Linha da Beira Baixa”, notam os deputados, que prometem ficar atentos e “aguardar pela reprogramação dos fundos do Portugal 2020 e verificar se há algum desvio de fundos para o Metro de Lisboa, do Porto ou para a linha de Cascais”.

A mesma nota adianta que a ligação ferroviária a Viseu “está em estudo e não é assumida como prioridade, do mesmo modo que a linha Aveiro-Viseu-Salamanca não será concretizada, uma vez que já foi duas vezes rejeitada em Bruxelas”.

SEGURANÇA NO TÚNEL DO MARÃO AINDA ESTÁ POR ACAUTELAR

Os deputados do PSD consideram que a proposta apresentada pela Infraestruturas de Portugal para o Túnel do Marão, de um centro de comando e uma equipa de bombeiros em permanência, é “sinal de preocupação”, mas deixa “dúvidas”.

Os deputados do PSD dos distritos de Vila Real, Viseu, Guarda e Bragança solicitaram uma reunião com o presidente da Infraestruturas de Portugal (IP) para debaterem questões de segurança relacionadas com o Túnel do Marão, inserido na autoestrada A4 entre Amarante e Vila Real, e da linha do Douro.

No final do encontro, o parlamentar Luís Leite Ramos, eleito por Vila Real, afirmou que a solução revelada para o túnel rodoviário é um “sinal de preocupação”, mas disse ter ficado com dúvidas relativamente às propostas, que lhe pareceram “ainda tímidas”.

O deputado afirmou que foram informados pelo presidente da IP de que a partir do dia 26 de abril entrará em funcionamento um centro de comando no Túnel do Marão, onde estará em permanência uma equipa de três bombeiros e uma viatura que ficará estacionada numa das entradas da infraestrutura. “O presidente da IP confirmou que irá ficar uma equipa de três bombeiros em permanência no túnel, um dos quais no centro de comando e que poderá acionar, quando necessário, os meios de socorro”, referiu.

O parlamentar ressaltou que não se trata da reativação do centro de controlo de tráfego da IP, que continua centralizado em Almada, e que a solução agora divulgada parece ser “uma habilidade para agradar a toda a gente”.

A solução de que uma equipa de bombeiros irá estar em permanência no túnel do Marão foi divulgada pelo presidente da Câmara de Vila Real, Rui Santos, depois do Ministério das Infraestruturas ter revelado que o centro de comando entraria em funcionamento no dia 26, sem, no entanto, explicar a forma como vai funcionar.

O ministério informou ainda que, no mesmo dia, vão ser apresentados publicamente os novos planos de atuação para o Túnel do Marão que se estende por 5.665 metros e anunciada a realização de um simulacro de incêndio no interior da infraestrutura.

A elaboração do plano de Prevenção e a revisão dos planos de Emergência Interna e Prévio de Intervenção foram determinados por um despacho conjunto dos secretários de estado da Proteção Civil, Artur Neves, e das Infraestruturas, Guilherme d'Oliveira Martins. Esta determinação surgiu na sequência do inquérito ordenado ao incêndio num autocarro que ocorreu em junho de 2017, dentro do túnel, que não provocou feridos, levou ao encerramento da infraestrutura e originou muitas críticas relacionadas com a segurança.

Quanto à linha do Douro e às questões de falta de segurança levantadas nos últimos tempos, o deputado realçou a preocupação demonstrada pela IP para encontrar soluções.

O deputado referiu ainda que espera que os investimentos anunciados para esta linha férrea se concretizem a tempo de aproveitar os fundos comunitários, nomeadamente a eletrificação da linha até ao Peso da Régua.



PSD QUESTIONA ATRASOS NA PROGRESSÃO SALARIAL DOS AGENTES

Os deputados do PSD/Açores na Assembleia da República, Berta Cabral e António Ventura, pediram esclarecimentos ao Governo sobre os atrasos na concretização do descongelamento das progressões nos salários dos profissionais da PSP.

Os deputados social-democratas lembram que o descongelamento das carreiras na Função Pública “foi uma das grandes promessas do atual governo para 2018, assim como dos partidos da esquerda que o apoiam no parlamento”. “No entanto, e até à presente data, grande parte dos funcionários públicos que tem direito a progredir na carreira ainda não recebeu o seu salário com o correspondente acréscimo remuneratório”, lembram.

Os deputados sublinham que, “apesar das promessas do Ministro da Administração Interna à PSP de que a situação de 3767 dos seus profissionais estariam em condições de avançar na sua posição remuneratória estaria até finais de março, tal não aconteceu”. Daí que queiram saber “quando é que aqueles profissionais irão, efetivamente, receber o seu salário com o acréscimo que lhes é devido nos termos da lei”.

Os deputados questionam a tutela sobre os motivos “que estão a impedir que o governo cumpra com o legalmente obrigado para com aqueles profissionais”, assim como sobre “a disponibilidade orçamental no Ministério da Administração Interna para fazer os pagamentos dos encargos com as progressões”.



Para Berta Cabral e António Ventura, é igualmente importante saber se, “em caso negativo, vai haver os reforços orçamentais necessários”, ou se o problema tem a ver “com falta de recursos humanos no setor de processamento de salários”.

Os deputados acrescentam que foi a própria Associação Sindical dos Profissionais da Polícia que denunciou esta situação, “queixando-se que os recibos de vencimento dos profissionais da PSP relativos a abril ainda não contemplavam as prometidas progressões”.



PS PROMOVE “PASSO ATRÁS” NA MOBILIDADE DOS AÇORIANOS

Duarte Freitas manifestou “apreensão” com a recusa da maioria socialista em permitir que o parlamento regional se pronuncie, com urgência, sobre as alterações que estão a ser preparadas pelo governo da República ao subsídio social de mobilidade.

“Temos muito receio que, ao ter sido chumbado este nosso pedido de urgência [para que o parlamento se pronunciasse] neste momento, até ao final de abril venham a ser tomadas decisões, a nível nacional, que signifiquem um passo atrás nas conquistas dos açorianos”, afirmou Duarte Freitas, na Assembleia Legislativa dos Açores.

O líder social-democrata refere que “é compreensível a apreensão” de todos os partidos da oposição – que votaram a favor do pedido de urgência do PSD/Açores –, alegando que podem estar em causa cortes ou limitações aos reembolsos das passagens aéreas para residentes no processo de revisão do modelo atual, conduzido pelo governo da República e que deverá estar concluído até ao final de abril.

“O nosso pedido era muito simples: afirmar, de uma vez por todas e no momento certo, o que importa para os Açores, que é não dar um passo atrás neste ganho para a mobilidade dos açorianos e para a economia da Região”, disse.

Duarte Freitas considera que o chumbo do PS ao pedido de urgência dos social-democratas não tem justificação, dado que a proposta era muito “simples”, limitando-se a referir que “quaisquer tetos financeiros, condicionamentos de horários ou limitações ao número de viagens no âmbito do Subsídio Social de Mobilidade têm de ser liminarmente recusados”.

PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

n.º 1224 - 25 de Setembro de 2000 - Preço 150\$00

POVOLIVRE

Director: Nuno Freitas

Internet: www.psd.pt - E-Mail: povollivre@psd.pt



20 ANOS

"Não estamos no Governo, estamos muitas vezes contra o Governo. Cabe-nos, como partido da oposição, dizer bem claro, bem alto, frontalmente, que o povo português não está satisfeito com o actual Governo, que o povo português ao fim dum ano tem verificado que os problemas se têm agravado.(1977)"



PSD cumpriu Governo censurado

Edição n.º 1224 do "Povo Livre" | 25 de setembro de 2000

"PSD cumpriu, Governo censurado". Na abertura do novo ano parlamentar, o Partido Social Democrata apresentou, na Assembleia da República, uma moção de censura ao XIV Governo Constitucional, liderado por António Guterres. Quem seguiu o debate da moção de censura, não terá ficado com dúvidas. O PSD ganhou esse debate e cumpriu os seus objetivos. O País tinha um Governo e um Primeiro-Ministro cada vez com menos contacto com as preocupações das pessoas.

CONVOCATÓRIAS DO PSD**RECEPÇÃO**

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt

**DISTRITAIS****GUARDA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais, convocam-se todos os militantes do Distrito da Guarda, para reunir em Assembleia Distrital, no próximo dia **09 de Junho de 2018 (sábado) entre as 15h00 e as 19h00**, em todas as sedes de secção, com a seguinte:

Ordem de trabalhos

Ponto Único – Eleição para os Órgãos Distritais

- Mesa da Assembleia Distrital

- Comissão Permanente Distrital

- Conselho de Jurisdição Distrital

- Comissão Distrital de Auditoria Financeira

- Delegados à Assembleia Distrital do PSD

Locais de voto das Secções**Aguiar da Beira** - Sede do PSD no Largo dos Monumentos, Aguiar da Beira**Almeida** - Sede do PSD na Rua do Comércio, em Vilar Formoso**Celorico da Beira** - Sede do PSD na Rua António Fernandes C. Almeida, 19 - Loja**Figueira C. Rodrigo** - Casa do Povo de Figueira C. Rodrigo, na Av. Heróis C. Rodrigo**Fornos de Algodres** - Sede do PSD, Rua Espírito Santo, n.º 2**Gouveia** - Sede do PSD, na Av. 1.º de Maio, 9 - 1.º Guarda - Sede Distrital do PSD, Rua Marquês de Pombal, n.º 3 - 2.º Andar**Manteigas** - Sede do PSD, Rua São João de Deus, n.º 2**Meda** - Sede, na Rua Dr. Reboredo, N.º 6 - Meda Pinhel - Sede do PSD na rua da República, n.º 103 - 1.º Andar

Sabugal - Sede do PSD no Largo da Fonte, n.º 12

Seia - Sede do PSD - Av. 1.º de Maio, n.º 26**Trancoso** - Clube Trancosense - Rua Conde de Tavadre**Vila N. Foz Côa** - Sede do PSD na Praça da República, n.º 25 - Edifício Sacadi**Notas**

1 - As listas de candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia Distrital, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, (6 de Junho) conforme refere o Regulamento Eleitoral.

2 - As Listas de candidatura a delegados de Secção à AD, devem ser entregues aos Presidentes das Assembleias de Secção correspondentes, ou, a quem estatutariamente os possa substituir nos mesmos prazos referidos na nota 1, devendo estar abertas, nos mesmos termos e para os mesmos efeitos, as respetivas Sedes, ou os locais em que decorra a votação.

3 - As urnas estão abertas, em cada Secção, das 15h00 às 19h00

PORTALEGRE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia Distrital de Portalegre, para reunir no próximo dia 05 de Maio de 2018 (sábado), pelas 15h00 na sede distrital sita na Rua dos Combatentes da Grande Guerra, 17, com a seguinte

Ordem de trabalhos

1 - Informações

2 - Apresentação e aprovação das contas do exercício de 2017

3 - Conselho Estratégico Nacional do PSD

4 - Análise da situação política

SECÇÕES**AMARES**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Amares, para reunir, no próximo dia 11 de Maio de 2018 (sexta-feira), pelas 21h00, na sede, sita na Rua Francisco Bernardo Sousa Monteiro, n.º 36, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

1 - Informações

2 - Análise e votação das contas do ano de 2017, conforme alínea d) do n.º 2 do artigo 53º dos Estatutos

3 - Análise da situação política

4 - Outros Assuntos

ESPOSENDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Esposende, para reunir, no próximo dia 04 de Maio de 2018, (sexta-feira), pelas 21h00 no Centro Cultural Rodrigues Faria, sito na Av. de Santa Marinha - Freguesia de Forjães, com a seguinte

Ordem de trabalhos

1 - Informações

2 - Apreciação e votação do relatório de contas da CPS referente ao ano de 2017

3 - Apreciação e votação do plano de actividades da CPS para o ano de 2018

4 - Apreciação e votação do orçamento da CPS para o ano de 2018

5 - Análise da situação política local e nacional

6 - Outros assuntos de interesse para o partido

FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Figueira de Castelo Rodrigo, para reunir, no próximo dia 09 de Junho de 2018, (sábado), pelas 15h00 na Casa do Povo de Figueira de Castelo Rodrigo, sita na Av. Heróis de Castelo Rodrigo, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

1 - Eleição dos órgãos de Secção

- Comissão Política de Secção

- Mesa da Assembleia de Secção.

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 15h00 às 19h00

MONCHIQUE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Monchique, para reunir, no próximo dia 09 de Junho de 2018, (sábado),

pelas 15h00 na sede, sita na Rua Dra. Francisco Gomes Avelar, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

1 - Eleição da Mesa da Assembleia de Secção.

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 15h00 às 19h00

PAREDES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Paredes, para reunir, no próximo dia 05 de Maio de 2018, (sábado), pelas 14h30 na sala António Cardoso da sede, sita na Rua 1º de Dezembro, n.º 45, com a seguinte

Ordem de trabalhos

1 - Análise da situação política

PENACOVA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Penacova, para reunir, no próximo dia 25 de Maio de 2018, (sexta-feira), pelas 17h00 na sede, sita Edifício Penedo Raso, r/c, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto único - Eleição dos órgãos de Secção

- Comissão Política de Secção

- Mesa da Assembleia de Secção.

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 17h00 às 23h00

SOURE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Soure, para reunir, no próximo dia 25 de Maio de 2018, (sexta-feira), pelas 17h00 na Casa do Povo, sita na Av. Heróis de Castelo Rodrigo, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

1 - Eleição dos órgãos de Secção

a) - Comissão Política de Secção

b) - Mesa da Assembleia de Secção.

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral. Na sede distrital sita na Rua Lourenço Almeida Azevedo, n.º 16 - Coimbra ou na Av. Manuel Madeira, lote 94 - 3º D - Soure ou remetidas para angelo.penacho@gmail.com ou psdcpdcoimbra@gmail.com.

- As urnas estão abertas das 17h00 às 23h00

TAVIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Tavira para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 03 de Maio de 2018 (quinta-feira), pelas 21h30, na sede sita na Rua Dr. Silvestre Falcão, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1 - Informações

2 - Análise da situação política

3 - Outros Assuntos



VII CONSELHO DISTRITAL DE LISBOA AM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Conselho Distrital da JSD de Lisboa, para reunir no próximo dia 7 de maio (segunda-feira), pelas 21h00, na Sede do PSD Distrital de Lisboa (Praça São João Bosco, nº 3 B, Lisboa, 1350-295 Lisboa), com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Apresentação e aprovação do calendário e do regulamento do 4º Congresso Distrital;
- 2 – Análise da Situação Política;
- 3 – Outros Assuntos.

ALCOCHETE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos, convoca-se Plenário Eleitoral da JSD Alcochete a reunir no próximo dia 26 de Maio de 2018, pelas 21:00H na sede concelhia do PSD Alcochete, sita na Rua do Paço, nº 8, 2890-062 Alcochete, com ponto único na ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Comissão Política de Concelhia.

Nota:
As listas devem ser apresentadas até às 23:59H do terceiro dia anterior ao da realização do Plenário, ao Presidente da Mesa Distrital ou a quem o possa substituir, nos termos do disposto no Regulamento Eleitoral da JSD, na sede do PSD Distrital de Setúbal.

As urnas estarão abertas entre as 21:00H e as 23:00H.

CARREGAL DO SAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Eleitoral da JSD, convocam-se o Plenário Concelhio da JSD de Carregal do Sal, para reunir no próximo dia 26 de Maio de 2018 (sábado), entre as 15 horas e as 19 horas, sita na Sede do PSD Distrital de Viseu, na Rua do Inatel, Lote 55 - Cv Esq - Quinta do Bosque, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único – Eleição da Mesa do Plenário Concelhio e da Comissão Política da JSD Carregal do Sal.

Notas:

As listas deverão ser entregues em duplicado ao Presidente da Mesa do Congresso Distrital de Viseu, ou a quem estatutariamente o substitua, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral (23 de Maio), nos locais indicados, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais e Regulamento Eleitoral da JSD.

COVILHÃ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis em vigor, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD Covilhã, para reunião ordinária a decorrer no próximo dia 5 de Maio de 2018, pelas 21h30m, na Sede do PSD Covilhã, sita na Rua Ruy Faleiro, n.º 46 – 1.º Dtº., 6200 Covilhã, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Análise da situação política local;
- 2 – Outros assuntos.

FORNOS DE ALGODRES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos Regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da Concelhia de Fornos de Algodres, para o Plenário a realizar no próximo dia 26 de Maio (sábado), pelas 15:00 horas, na Sede do PSD de Fornos de Algodres sita na Rua do Espírito Santo, n.º 2 – R/C Dto., Fornos de Algodres, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política da Concelhia da JSD de Fornos de Algodres.

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Congresso Distrital ou a quem o substitua, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral. A entrega das listas decorre na Sede do PSD de Fornos de Algodres sita Rua do Espírito Santo, n.º 2 – R/C Dto., Fornos de Algodres.

As urnas estarão abertas entre as 15:00 horas e as 17:00 horas.

MARCO DE CANAVESES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convocam-se os Militantes da JSD Concelhia de Marco de Canaveses para reunir no próximo dia 12 de Maio de 2018 (Sábado), pelas 15h00 na sede do PSD Marco de Canaveses, sita no Largo Sacadura Cabral, nº10 (frente à Camara Municipal), com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Análise da situação Política.

PÓVOA DE LANHOSO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da Concelhia da Póvoa de Lanhoso, para o Plenário a realizar no próximo dia 09 de Junho de 2018 (sexta-feira), pelas 19 horas, na Sede concelhia sita na Rua Comandante Luís Pinto da Silva Nº 1 4º Esq., com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário da Concelhia da JSD da Póvoa de Lanhoso.

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Concelhia da JSD da Póvoa de Lanhoso ou a quem estatutariamente o substitua, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral. A entrega das listas decorre na Sede da Concelhia do PSD da Póvoa de Lanhoso, na morada supra citada. As urnas estarão abertas das 19h00m às 21 horas.

SANTA MARIA DA FEIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário Ordinário de militantes da JSD da Secção de Santa Maria da Feira, a reunir no dia 04 de Maio de 2018, pelas 21h30m, na Junta de Freguesia de São João Ver, sita na Rua da Estação, 4520-618, São João de Ver, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Análise da Situação Política;
- 2 – Outros assuntos.

CORRECÇÃO SEVER DO VOUGA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoco o Plenário Concelhio da JSD de Sever do Vouga, para reunir no próximo dia 19 de Maio de 2018, (sábado), pelas 14 horas, na Sede do PSD de Sever do Vouga, sita na Rua do Comércio nº 50, com a seguinte ordem dos trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Comissão Política Concelhia e da Mesa do Plenário Concelhio da JSD de Sever do Vouga.

Nota:

As listas deverão ser entregues em duplicado ao Presidente de Mesa da Assembleia Eleitoral ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, na Sede do PSD de Sever do Vouga, sita na morada supra citada, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais e Regulamento Eleitoral da JSD.

Mais se informa que as urnas estarão abertas das 14h00m às 16 horas.

VILA NOVA DE GAIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais Regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da Concelhia da JSD de Vila Nova de Gaia para reunirem no dia 26 de Maio de 2018, pelas 17 horas, na sede do PSD da Vila Nova de Gaia, sita na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro nº 1323, 4430-999 Vila Nova de Gaia, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: eleição da Comissão Política e da Mesa do Plenário Concelhio.

Notas:

As urnas estarão abertas entre as 17.00 horas e as 20.00 horas. As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Conselho Distrital do Porto ou a quem estatutariamente o substitua, até às 23h59m, do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

NÚCLEO DO BONFIM - PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se Plenário de Núcleo residencial da JSD Bonfim Porto, para reunir no dia 26 de maio de 2018, na sede do Núcleo, sita na Avenida Rodrigues de Freitas, nº46, Porto, entre as 18h00 e as 20h00, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Comissão Política de Núcleo JSD Bonfim.

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário, ou a quem o substitua, até às 23:59 horas do terceiro dia anterior ao ato eleitoral. A consulta do caderno eleitoral, assim como qualquer reclamação do mesmo, deverá ser solicitada junto do Presidente da Mesa e ocorrer até ao quinto dia anterior ao ato eleitoral. As urnas, no dia 26 de maio de 2018, estarão abertas entre 18h00 e as 20h00.

NÚCLEO DO CENTRO HISTÓRICO DO PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes do núcleo do Centro Histórico do Porto para Plenário a realizar no próximo dia 4 de Maio de 2018 (sexta-feira), pelas 21h00, na Confeitaria 'A Serrana', sita na Rua do Loureiro nº 52, 4000-069, concelho do Porto, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Apresentação da nova Comissão Política;
- 2 – Apresentação e Análise das propostas para o novo mandato;
- 3 – Análise da situação política;
- 4 – Outros assuntos.

NÚCLEO DE ARCOZELO - VILA NOVA DE GAIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais Regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes do núcleo da JSD de Arcozelo para reunirem no dia 26 de Maio de 2018, pelas 17 horas, na sede do PSD da Vila Nova de Gaia, sita na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro nº 1323, 4430-999 Vila Nova de Gaia, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: eleição da Comissão Política de núcleo.

Notas:

As urnas estarão abertas entre as 17.00 horas e as 20.00 horas. As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Conselho Distrital do Porto ou a quem estatutariamente o substitua, até às 23h59m, do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

NÚCLEO DE CANELAS - VILA NOVA DE GAIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais Regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes do núcleo da JSD de Canelas, para reunirem no dia 26 de Maio de 2018, pelas 17 horas, na sede do PSD da Vila

CONVOCATÓRIAS

Nova de Gaia, sita na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro nº 1323, 4430-999 Vila Nova de Gaia, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: eleição da Comissão Política de núcleo.

Notas:

As urnas estarão abertas entre as 17.00 horas e as 20.00 horas. As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Conselho Distrital do Porto ou a quem estatutariamente o substitua, até as 23h59m, do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

**NÚCLEO DE CANIDELO
- VILA NOVA DE GAIA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais Regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes do núcleo da JSD de Canidelo para reunirem no dia 26 de Maio de 2018, pelas 17 horas, na sede do PSD da Vila Nova de Gaia, sita na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro nº 1323, 4430-999 Vila Nova de Gaia, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: eleição da Comissão Política de núcleo.

Notas:

As urnas estarão abertas entre as 17.00 horas e as 20.00 horas. As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Conselho Distrital do Porto ou a quem estatutariamente o substitua, até as 23h59m, do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

**NÚCLEO DE GRIJÓ
- VILA NOVA DE GAIA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais Regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes do núcleo da JSD de Grijó para reunirem no dia 26 de Maio de 2018, pelas 17 horas, na sede do PSD da Vila Nova de Gaia, sita na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro nº 1323, 4430-999 Vila Nova de Gaia, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: eleição da Comissão Política de núcleo.

Notas:

As urnas estarão abertas entre as 17.00 horas e as 20.00 horas. As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Conselho Distrital do Porto ou a quem estatutariamente o substitua, até as 23h59m, do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

**NÚCLEO DE OLIVEIRA DO DOURO
- VILA NOVA DE GAIA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais Regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes do núcleo da JSD de Oliveira do Douro para reunirem no dia 26 de Maio de 2018, pelas 17 horas, na sede do PSD da Vila Nova de Gaia, sita na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro nº 1323, 4430-999 Vila Nova de Gaia, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: eleição da Comissão Política de núcleo.

Notas:

As urnas estarão abertas entre as 17.00 horas e as 20.00 horas. As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Conselho Distrital do Porto ou a quem estatutariamente o substitua, até as 23h59m, do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

**NÚCLEO DE PEDROSO E SEIXEZELO
- VILA NOVA DE GAIA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais Regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes do núcleo da JSD de Pedroso e Seixezelo para reunirem no dia 26 de Maio de 2018, pelas 17 horas, na sede do PSD da Vila Nova de Gaia, sita na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro nº 1323, 4430-999 Vila Nova de Gaia, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: eleição da Comissão Política de núcleo.

Notas:

As urnas estarão abertas entre as 17.00 horas e as 20.00 horas. As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Conselho Distrital do Porto ou a quem estatutariamente o substitua, até as 23h59m, do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

**NÚCLEO DE SANDIM, OLIVAL, LEVER
E CRESTUMA – VILA NOVA DE GAIA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais Regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes do núcleo da JSD de Sandim, Olival, Lever e Crestuma, para reunirem no dia 26 de Maio de 2018, pelas 17 horas, na sede do PSD da Vila Nova de Gaia, sita na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro nº 1323, 4430-999 Vila Nova de Gaia, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: eleição da Comissão Política de núcleo.

Notas:

As urnas estarão abertas entre as 17.00 horas e as 20.00 horas. As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Conselho Distrital do Porto ou a quem estatutariamente o substitua, até as 23h59m, do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.



Conferência “A Social Democracia no Séc. XXI”

Sexta-feira, 11 de maio, pelas 21h30 | Holiday Inn Porto Gaia | Rua de Diogo de Macedo, 4400-107 Vila Nova de Gaia



XIV CONGRESSO

REGULAMENTO

Artº 1º.

(Data e Ordem de Trabalhos)

1. O XIII Congresso dos TSD reúne-se nos dias 10 e 11 de Novembro de 2018, na Póvoa de Varzim, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

1. Sessão de Abertura;
2. Alteração dos Estatutos;
3. Estratégia Política e Sindical;
4. Eleição dos Órgãos Nacionais;
5. Sessão de Encerramento.

2. Os trabalhos do XIV Congresso decorrerão de acordo com o seguinte programa e horário:

Dia 10. Novembro – Sábado

10H00 - Receção aos Congressistas

14H00 - Abertura dos trabalhos pelo Presidente da Mesa e Intervenção do Secretário Geral

14H30 - Início da apreciação do ponto 2.

16H00 - Votação das alterações aos Estatutos

17H00 - Início da apreciação do ponto 3.

20H00 - Jantar

21H30 - Continuação do ponto 3.

23H00 - Votação das Moções de Estratégia Política e Sindical

Dia 11. Novembro – Domingo

08H30/10H00 - Eleição dos Órgãos Nacionais

12H00 - Sessão de Encerramento

Artº 2º.

(Universo Eleitoral)

1. Têm direito a eleger delegados ao XIV Congresso os militantes filiados nos TSD, no pleno gozo dos seus direitos estatutários.



2. Só podem ser candidatos a delegados ao XIV Congresso os militantes com mais de 1 ano de filiação.

Artº 3º.

(Delegados dos Distritos e Regiões Autónomas)

1. Os 400 delegados a eleger pelas estruturas dos TSD são rateados pelos Círculos Distritais e Regiões Autónomas, proporcionalmente ao número de militantes inscritos nos Serviços Centrais à data da aprovação do presente Regulamento pelo Conselho Nacional e tendo em conta o previsto nos números seguintes.
2. É garantido um mínimo de três delegados a cada um dos círculos eleitorais.
3. Ao Secretariado da Juventude e aos Núcleos de Emigrantes e de Imigrantes são atribuídos três delegados a cada.

Artº 4º.

(Delegados por Inerência)

São Delegados ao XIV Congresso, por inerência estatutária, os membros efetivos dos órgãos definidos nas alíneas b), c), d) e e) do Artº 20º. dos Estatutos.

Artº 5º.

(Delegados das Associações Sindicais e Comissões de Trabalhadores)

São Delegados ao XIV Congresso, 90 militantes dos TSD que exerçam funções nos Corpos Gerentes das Associações Sindicais e 10 militantes em Comissões de Trabalhadores, organizações que serão agrupadas e rateadas pelo Secretariado Nacional, tendo em conta a sua dimensão.

Artº 6º.

(Cadernos Eleitorais)

Os Cadernos Eleitorais, integrados pelos militantes inscritos nos Serviços Centrais até à data da aprovação do presente Regulamento, serão organizados pelos Serviços Centrais e afixados nas respetivas sedes distritais até 14 de Setembro.

Artº 7º.

(Eleições)

1. As convocatórias das Assembleias Eleitorais para a eleição dos Delegados ao Congresso pelos círculos eleitorais distritais e regionais devem ser entregues nos Serviços Centrais até ao dia 21 de Setembro, para efeito de publicação no “Povo Livre” de 26 de Setembro.
2. As Assembleias referidas no número anterior deverão ser convocadas por carta enviada para casa dos militantes e por anúncio publicado no “Povo Livre” e afixadas

em local bem visível na sede respetiva, com a antecedência mínima de quinze dias sobre o ato eleitoral.

3. As listas de candidaturas a Delegados a que se referem os números anteriores deste artigo são entregues nos Secretariados Distritais ou Regionais, até 5 dias úteis anteriores à data das eleições, sendo afixadas nas sedes e locais onde funcionam as urnas de voto.

4. As eleições de delegados por Distrito e Região Autónoma decorrem entre os dias 15 e 20 de Outubro e os delegados eleitos e respetivos boletins de inscrição devem ser enviados aos Serviços Centrais até 26 de Outubro, para efeitos de publicação no “Povo Livre”, acompanhados da ata da eleição.

5. As listas de candidaturas de Delegados ao XIV Congresso terão que ser subscritas com o mínimo de 20 militantes ou 5% dos membros do órgão competente para a eleição.

6. Os candidatos deverão assinar um termo individual ou coletivo de aceitação de candidatura.

7. A composição das mesas de voto é da responsabilidade dos Secretariados Distritais ou Regionais, podendo cada lista concorrente indicar também um elemento.

8. A eleição dos delegados atribuídos às Associações Sindicais e Comissões de Trabalhadores realizar-se-á entre os dias 15 e 20 de Outubro, na base do conjunto dos militantes que façam parte dos cadernos eleitorais e pertençam aos Corpos Gerentes da respetiva organização sindical ou sejam membros das Comissões de Trabalhadores, e comunicadas aos Serviços Centrais até 26 de Outubro, acompanhadas da ata da eleição e do boletim de inscrição.

Artº 8º. (Observadores)

Podem assistir ao Congresso observadores convidados pelo Secretariado Nacional, devendo este ratear pelos Secretariados Distritais e Regionais, o número de lugares disponíveis nas instalações do Congresso.

Artº 9º. (Inscrições)

1. A inscrição no Congresso dos delegados e observadores, efectuar-se-á através da remessa aos Serviços Centrais de um boletim de inscrição próprio autenticado pelos órgãos competentes e nos termos das normas constantes do mesmo boletim.

2. A inscrição dos delegados será acompanhada da quantia até 35 € (trinta e cinco Euros), encontrando-se dispensados deste pagamento os delegados eleitos fora do Continente e os desempregados.

3. A inscrição dos observadores será acompanhada da quantia até 35 € (trinta e cinco Euros).

4. As inscrições deverão dar entrada nos Serviços Centrais dos TSD até ao dia 26 de Outubro.

Artº 10º.



(Substituições)

Depois de recebidas as inscrições dos delegados só serão permitidas substituições que dêem entrada nos Serviços Centrais até ao dia 2 de Novembro.

Artº 11º.

(Subscrição das propostas e listas)

1. As propostas referentes aos pontos 2 e 3 da Ordem de Trabalhos devem ser subscritas pelo Secretariado Nacional, por 50 dirigentes sindicais e/ou membros de Comissões de Trabalhadores, por 500 militantes inscritos nos cadernos eleitorais, ou pelas Assembleias Distritais ou Regionais.
2. Cada órgão a que se refere o número anterior apenas poderá apresentar uma proposta por cada ponto da Ordem de Trabalhos.
3. As listas de candidaturas aos órgãos nacionais devem ser subscritas por um mínimo de 30 delegados que não façam parte das mesmas e devem ser acompanhadas das respetivas declarações de aceitação de candidatura.

Artº 12º.

(Apresentação de Moções)

1. As Moções referentes aos pontos 2 e 3 da Ordem de Trabalhos serão remetidas à Mesa do Congresso, por forma a darem entrada nos Serviços Centrais até ao dia 10 de Outubro.
2. As propostas devem ser acompanhadas de uma cópia em suporte magnético.
3. As propostas admitidas pela Mesa serão publicadas no “Povo Livre” do dia 17 de Outubro.

Artº 13º.

(Presença da Comunicação Social)

Podem assistir aos trabalhos do Congresso representantes dos órgãos de comunicação social previamente credenciados pela organização do Congresso.

Artº 14º.

(Disposições Gerais)

1. O Secretariado Nacional poderá convidar a assistir ao Congresso as individualidades que entender.
2. Todas as dúvidas ou esclarecimentos que suscitem o presente regulamento serão resolvidas pelo Secretariado Nacional e Conselho de Disciplina e Fiscalização Nacional.
3. A Mesa do Congresso, o Secretariado Nacional e o Conselho de Disciplina e Fiscalização Nacional funcionam na Rua Ricardo Espírito Santo, nº 1-C/V Dtª., em Lisboa.

CALENDÁRIO

- 17.Mar.2018 - Marcação do XIV Congresso
- Até 14.Set.2018 Afixação dos Cadernos Eleitorais
- Até 21.Set.2018 Envio das Convocatórias para publicação no Povo Livre
- 26.Set.2018 Publicação das Convocatórias no Povo Livre
- 10.Out.2018 Data limite para entrega das Moções de alteração aos Estatutos e de Estratégia Política e Sindical
- 17.Out.2018 Publicação no Povo Livre das Moções de alteração aos Estatutos e de Estratégia Política e Sindical
- Entre 15 e 20.Out.2018 Eleição dos Delegados das Associações Sindicais e das Comissões de Trabalhadores
- Entre 15 e 20.Out.2018 Eleição dos Delegados dos Distritos e Regiões Autónomas
- 26.Out.2018 Data limite para receção da Inscrição dos Delegados e Observadores pelos Serviços Centrais
- 02.Nov.2018 Data limite para substituição de Delegados
- 10-11.Nov.2018 - XIV Congresso